



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

DESPACHO

Campinas, 11 de setembro de 2025.

Processo PMC.2025.00117038-50

Assunto: Minuta de Decreto que dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das emendas individuais ao orçamento público municipal para alocação de recursos em favor da Secretaria Municipal de Saúde e de seu respectivo fundo, tendo como beneficiadas as entidades sem fins lucrativos que integrem formalmente a rede complementar do Sistema Único de Saúde – SUS.

Senhor Secretário Municipal de Gestão e Controle,

Em atenção ao Ofício da lavra do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional (DGDO) da Secretaria Municipal de Saúde (**DOC 16022270**), **analisamos a Minuta de Decreto (DOC 15753612)**, que regulamenta o art. 43, § 4º, da Lei 16.779/2025 (LDO 2026).

Pioneira na regulamentação do tema em âmbito municipal, a Minuta estabelece parâmetros aos Vereadores para a indicação das emendas impositivas dirigidas a ações e serviços públicos de saúde, em observância inclusive ao Comunicado SDG nº 28/2025 - TCE/SP (Emendas Parlamentares Impositivas no Orçamento Municipal), que recomenda “que Prefeituras e Câmaras promovam ajustes legais, normativos e operacionais necessários para fortalecer o controle, a rastreabilidade e a eficácia da execução das emendas parlamentares, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as boas práticas de governança pública.”

Promovemos adequações formais no texto, segundo o **Decreto Federal nº 12.002/2024**, que estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos, como, e.g., a retirada da expressão, em consonância com o art. 11, § 4º (“A expressão “e/ou” não será usada em atos normativos.”), entre outras.

Substancialmente, agregamos a necessidade de verificação de que as entidades sem fins lucrativos beneficiárias das emendas não constam na **relação das entidades proibidas de receber novos auxílios, subvenções ou contribuições**, mediante a extração da Certidão Negativa de contas julgadas irregulares da pessoa jurídica e da pessoa física de seu(s) dirigente(s) pelo link <https://www.tce.sp.gov.br/certidoes> (art. 4º), em atenção ao **Comunicado SDG Nº 15/2024** (Entidades proibidas de novos repasses, link <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/entidades-proibidas-novos-repasses-15>) e a ampliação dos requisitos de transparência pública a serem observados pelas entidades conveniadas em seu Portal de Transparência na internet (art. 14), à luz do disposto no art. 204, da

IN 01/2024 do TCESP, bem como nos **Comunicados do TCESP SDG 16/2018** (Transparência na divulgação de atos de entidades do Terceiro Setor, link <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/comunicado-sdg-162018-transparencia-divulgacao-atos-entidades-terceiro-setor>), **SDG 19/2018** (Exigir a demonstração e identificação dos gastos custeados com os recursos públicos, link <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/comunicado-sdg-192018-exigir-demonstracao-e-identificacao-gastos-custeados>), e **SDG 49/2020** (Transparências das entidades do terceiro setor - Obrigações dos órgãos repassadores, link <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/transparencias-entidades-terceiro-setor-obrigacoes-orgaos-repassadores>).

No mais, as inclusões e as alterações propostas objetivaram o aperfeiçoamento do texto normativo, compilado no **DOC 16140913** e debatido com o DGDO da SMS.

À consideração de Vossa Senhoria para, se de acordo, envio dos autos à Secretaria Municipal de Saúde, previamente ao exame especializado a ser efetuado pelo Núcleo Técnico-Legislativo da Procuradoria-Geral do Município.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Procurador(a)**, em 12/09/2025, às 15:53, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **16140942** e o código CRC **2CFE7160**.